

# CIDADANIA

## ARTIGOS

# A Síndrome do antiemprego

RENATO AUGUSTO PONTES CUNHA\*

No mês de dezembro passado, a CNI, com a participação da FIEPE, durante o sétimo Encontro Nacional da Indústria-ENAI, aproveitando os sinais da Presidente da República no sentido de estimular o interesse do Governo Federal em iniciar alteração de nossa arcaica Legislação Trabalhista, principalmente com vistas a criação de uma convergência de agenda, mais proativa, em favor do Emprego, apresentou o documento intitulado "101 propostas para modernização trabalhista".

A iniciativa norteou-se pela preocupação de preservar ganhos para os trabalhadores, porém, focada sobretudo na eliminação de irracionalidades que se verificam atualmente nas formas de pagamento de benefícios dos encargos previdenciários, na confecção de contratos de trabalho e de jornadas, nas licenças e qualificação de mão de obra, itens inseridos em arcabouço obsoleto, datado dos anos 1930, dissociado da realidade do País.

O contexto trabalhista atual fomenta por consequência, ambiente "Antiemprego," prevalecendo rigidez da legislação, alta burocracia, complexidade de rotinas, insegurança jurídica e formação de passivos injustos para os Empregadores.

A criação de Carteiras de Trabalho Eletrônicas, com consequentes diminuições de fraudes e burocracias, bem como o fortalecimento de Convenções Coletivas do Trabalho e a criação de fundo Antidesemprego são exemplos de mecanismos que podem revigorar as Indústrias, Agroindústrias e o Agronegócio. Enfim, medidas que podem mover a economia do País, favorecendo mais desenvolvimento com formalidade em empregos e crescimento expressivo, vis-à-vis o imobilismo, enraizado na nossa economia, que ora toma conta do Brasil, fazendo o crescimento sair de patamares que alcançaram, por exemplo, taxas, em média, de 5,1% em 2006, 2007 e 2008, tendo depois caído para irrisórios e tímidos

patamares, inferiores a 2% em 2012.

O Aumento de produtividade do País é questão de sobrevivência, num universo de competição focado em ganhos de escala.

A dinâmica do Brasil pode melhorar, buscando-se maior dose de entusiasmo para o Empreendedorismo, sendo imprescindível que os investimentos tornem-se mais atrativos, longe das estatísticas de queda de empregos formais, síndrome negativa, retratando o que ocorreu entre setembro de 2012 e setembro de 2011, quando, segundo atesta a CNI, os empregos na indústria de transformação caíram mais de 90%.

Por outro lado, o País avançou no controle da inflação, mas não deve se descuidar, pois os índices oficiais já se situam entre 5 e 6% a.a.

A carga tributária continua Elevada, funcionando como sócia indesejada para o mercado interno, sobrecarregando produtos, serviços e riquezas em mais de 35%, chegando a patamares absurdos de até 47%.

A educação, pilar fundamental para os aumentos de inovação e produtividade, padece de efeitos bastante maléficis, sobretudo oriundos dos quase 30 anos de "Desinvestimentos", quando, entre os anos 1950 e 80, foi bastante esquecida.

No quesito das Infraestruturas, tão imprescindível para o crescimento, também precisam ocorrer rupturas nos "modus operandi", evitados de práticas ultrapassadas, que oneram abusivamente os valores dos investimentos Públicos.

Os planejamentos atuais, por consequência, deverão apontar que energia cara é aquela que falta, comprometendo os hospitais, as escolas, a segurança pública, as indústrias, o comércio, a prestação de serviços, o funcionamento de aeroportos e portos, a armazenagem de alimentos, e tudo o que é necessário para mover um país de continentalidade espacial, como o nosso.

Assim, as Políticas Públicas Federais têm sido pouco flexíveis no diálogo, muitas vezes, desrespeitando as regras de mercado, resultando em matriz energética com frágil segurança de suprimento contínuo, concentrada em

poucas fontes (água com 70%), não incentivando-se as diversificações de origens, muito menos a qualidade ambiental.

Há aquilo que, dizem os estudiosos, uma "Desorientação Energética", tomando perversas as falhas nos "Planos B".

No que se refere aos combustíveis veiculares, as "Políticas Tributárias" existentes, estão distorcidas e direcionadas apenas para as vendas dos veículos, sem preocupação em promover investimentos na produção de combustíveis, notadamente no etanol, que vem, inclusive, deixando de reunir condições para competir com as desonerações do concorrente, a gasolina, de origem mineral, ultimamente também importada, o que consolida lamentavelmente o desbalanceamento da sua produção no País, levando-nos a um apagação veicular, já instalado faz algum tempo.

Portanto, em nossa ótica, o enfraquecimento da matriz é fruto também do conceito equivocado, onde não se considera que mundo privado é gerador de renda, a partir da produção, e onde se imagina que o Aparelho do Estado é o único propulsor do desenvolvimento.

No entanto, há espaço para redirecionamento da Política para os Biocombustíveis e na própria "Pizza" da Matriz Energética, o que seguramente criará mais segurança para as fontes de produção de energias, num País que pode se consolidar como relevante supridor mundial e que foi pioneiro em transformar a energia do sol em renovável.

Por fim, vale lembrar que a fibra da cana, ou bagaço, já apresenta uma geração de cerca de 4% no País, número que poderia ser até 3 vezes superior, à luz de programa consistente de incentivos, destinado ao funcionamento de modernas térmicas nas usinas, com equação de preços na geração limpa, refletindo seu aspecto sustentável para o meio ambiente.

\*Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Pernambuco